



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NOS
GOVERNOS LULA 1 E 2

Gabriel Correr Ré

Prof(a).Dr(a). Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

GABRIEL CORRER RÉ

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA
FAMILIAR NOS GOVERNOS LULA 1 E 2

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2023

R281p

Ré, Gabriel Correr

Políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nos governos Lula 1 e 2 / Gabriel Correr Ré. -- Rio Claro, 2023
33 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Angelita Matos Souza

1. Agricultura. 2. Legislação. 3. Agricultura sustentável. 4. Brasil Política e governo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL CORRER RÉ

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA
FAMILIAR NOS GOVERNOS LULA 1 E 2

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Angelita Matos Souza

Samuel Frederico

José Gilberto de Souza

Rio Claro, 12 de Dezembro de 2023.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por uma considerável parcela do que chega à mesa do consumidor no Brasil, mesmo em condições desiguais se comparados aos modelos tradicionais de cultivo intensivo, uma vez que há uma distribuição desigual de recursos, onde a agricultura familiar é condicionada, através de políticas públicas (ou da falta delas) a estar fadada ao atraso, como por exemplo através do acesso ao crédito rural ou até mesmo se analisarmos a ocupação agrária do território brasileiro, esta concentrada pela agricultura tradicional mecanizada. Considerando que a agricultura familiar produz cerca de 70% do alimento que abastece o mercado interno, há de se tomar como urgente políticas públicas para estímulo e incentivo a essas práticas, que, se comparadas à agricultura convencional, geram também mais empregos, consolidando uma esfera que deve ser de atenção e interesse, tanto da população em geral, quanto dos políticos e também do meio acadêmico, pois através do debate, da produção científica e, conseqüentemente da conscientização coletiva é que se atingirá uma plena elucidação e compreensão da população acerca dos fatores os quais hoje beneficiam a agricultura tradicional em detrimento à agricultura familiar, contribuindo também diretamente para o aumento do desmatamento, concentração de terras, abuso de agrotóxicos, uso de fertilizantes sintéticos, degradação do meio ambiente e aumento da fome.

Palavras-chave: Agricultura familiar; políticas públicas; governos Lula.

ABSTRACT

Family farming is responsible for a significant portion of what reaches the consumer's table in Brazil, even under unequal conditions when compared to traditional models of intensive cultivation. This inequality arises from the uneven distribution of resources, where family farming is constrained, through public policies (or the lack thereof), to lag behind. For example, when considering access to rural credit or analyzing the agricultural occupation of Brazilian territory, it is concentrated in traditional mechanized agriculture. Considering that family farming produces approximately 70% of the food that supplies the domestic market, it is imperative to implement public policies that promote and support these practices. In comparison to conventional agriculture, family farming also generates more jobs, making it an area that should be of concern and interest to the general population, as well as to politicians and the academic community. Through debate, scientific research, and, consequently, collective awareness, a full understanding of the factors that currently favor traditional agriculture over family farming can be achieved. This understanding contributes directly to the reduction of deforestation, land concentration, pesticide abuse, synthetic fertilizer use, environmental degradation, and hunger.

Palavras-chave: Family farming; public policies; Lula administration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	8
2 - HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	14
3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE O GOVERNO LULA 1 E 2	17
3.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) . . .	18
3.2 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	19
3.3 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	20
3.4 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	22
3.5 - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	23
4 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE O PERÍODO	26
4.1 - Impacto das políticas públicas na agricultura familiar	27
4.2 - Críticas e limitações das políticas públicas para a agricultura familiar durante o governo Lula	28
5 - CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

INTRODUÇÃO

Remontando aos fatores cruciais os quais foram determinantes para a história evolutiva da humanidade, temos a agricultura como um símbolo de mudança de um modo de vida nômade para o sedentarismo, processo no qual o ser humano dominou e aprimorou as técnicas de cultivo no que podemos considerar como os primórdios da agricultura. Tal marco ocorre devido à culminância acerca da escassez de alimentos ocasionada pelo aumento da população e a incapacidade do ambiente de fornecer a quantidade de alimento necessária à manutenção da vida de tal população. Segundo Leopoldo Pedro Feldens (2018) é o marco histórico do primeiro desequilíbrio ecológico provocado pelo homem, este sendo a força motriz para o desenvolvimento da agricultura, englobando a domesticação de animais e plantas. Conforme sintetizado por Feldens como resultado da necessidade e da consciência do Homo Sapiens, ocorreu o que pode ser considerado a primeira e mais significativa quebra ecológica do homem com o meio em que habitava. Foi um passo inicial na dialética, o início do desenvolvimento; representa uma nova interação entre uma sociedade que está começando a se organizar e a natureza. (FELDENS, 2018).

Tendo em vista a primordial relevância que o desenvolvimento da agricultura representou para a humanidade, cabe-nos o aprofundamento para um entendimento dos desdobramentos históricos os quais a agricultura já sofreu até os dias atuais, uma vez que o sistema econômico capitalista vigente visa o lucro e a acumulação de riquezas, transmuta o setor da agricultura, dos mais básicos e essenciais para a manutenção da vida, em um domínio extremamente rentável, político e alinhado à seus interesses.

Com o advento da revolução industrial e o surgimento e aperfeiçoamento das máquinas, a agricultura foi também remodelada pela mecanização, deixando de lado a tração animal e pouco eficiente, para utilizar-se de extenso maquinário agrícola, sendo assim capaz de aumentar exponencialmente a produção de alimentos a fim de suprir as necessidades da população, também em crescimento.

O próximo estágio da agricultura viria a se consolidar sobretudo no pós-guerra, na década de 60, ancorado nos aparatos tecnológicos e avanços científicos da indústria química, com a implementação de adubos químicos, biotecnologia, mecanização e pesticidas, visando o uso mais intensivo possível do

solo, processo sustentado pela promessa de erradicação da fome mundial, como ressaltam Albergoni e Pelaez:

Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura. Esse modelo produtivo passou, no entanto, a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, com a diminuição do ritmo de inovações, o aumento concomitante dos gastos em P&D e a identificação dos impactos ambientais advindos do uso intensivo desses insumos, em especial dos agrotóxicos. (ALBERGONI; PELAEZ, 2007, p. 32)

Outro fator importante intrinsecamente ligado à popularização desse sistema de cultivo foram os excedentes da indústria química no pós-guerra, tanto na primeira guerra mundial, o qual este sobressalente se consistia em enormes aparatos de sintetização de Nitrogênio e, na segunda guerra mundial, tal excedente correspondia às substâncias químicas com propriedades inseticidas e biocidas, os quais foram reformulados como herbicidas e amplamente difundidos para a agricultura. Segundo Santos e Silveira (2001) o término da guerra assinala o início de uma nova fase no âmbito do sistema capitalista, impulsionado pelas oportunidades inauguradas pela revolução científico-técnica. Esse foi o momento para estabelecer as bases da dominação global por parte das corporações multinacionais, preparando assim todos os cenários mundiais para uma nova empreitada que, em escala global, só viria a se concretizar plenamente três décadas mais tarde.

Acerca dos apontamentos elencados acima, destaca-se o trecho de Lutzenberger (2001):

Quando a guerra acabou existiam enormes estoques e capacidade de produção, mas não havia mais um grande mercado para explosivos. A indústria, então, decidiu empurrar os fertilizantes nitrogenados para a agricultura. Até então os agricultores estavam bastante satisfeitos com seus métodos orgânicos de manutenção e aumento da fertilidade do solo. O guano e o salitre chileno eram usados de maneira muito limitada, e principalmente em cultivos muito especiais, entre eles a jardinagem intensiva. (LUTZENBERGER, 2001, p. 71)

Fertilizantes nitrogenados, na forma de sais quase puros e concentrados, fertilizantes à base de nitrato e amônia, de certa forma viciam: quanto mais se usa mais se precisa usar. Então eles se tornaram um grande negócio. A indústria desenvolveu um espectro completo, incluindo fósforo, potássio, cálcio, microelementos, mesmo sob a forma de sais complexos, aplicados na forma granulada,

algumas vezes lançados de avião. (LUTZENBERGER, 2001, p. 71-72)

A indústria, querendo preservar em tempo de paz o que tinha sido um grande negócio em tempo de guerra, conseguiu dominar quase completamente a pesquisa agrícola, redirecionando-a para seus próprios objetivos. Conseguiu cooptar a pesquisa e a extensão agrícola oficial, assim como as escolas. Fazendo lobby a favor de legislação ou regulamentação adequadas e criando esquemas bancários de crédito fácil, colocaram o agricultor numa posição na qual dificilmente sobreviviam outras alternativas. (LUTZENBERGER, 2001, p. 72)

Decorridas consideráveis décadas desde o desenvolvimento, implementação e constante desenvolvimento desse pacote tecnológico proposto como revolucionário, tanto a produção como para a distribuição de alimentos, o que se observa no Brasil, um expoente no uso de tais tecnologias, é justamente o contrário, como aponta 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional que aponta para o alarmante dado de que 15,5% da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar grave (PENSSAM, 2022) no presente ano da escrita deste trabalho .

Em contrapartida os indicadores de desmatamento atingem níveis alarmantes, colocando assim em cheque as principais finalidades e efeitos colaterais do atual sistema adotado para gerir uma esfera tão importante da sociedade que é a produção de alimentos. Uma vez que o paradigma tecnológico da revolução verde gera cada vez mais dependência e emprego de insumos tecnológicos, tornando assim o produtor rural refém das grandes empresas produtoras do maquinário, biotecnologia, pesticidas e agrotóxicos, além de sementes de plantas previamente resistentes à aplicação dos mesmos, como ressaltado por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) a partir da década de 70, a tendência, tal como em todo o país, já indica preferência pelo uso de adubação química sobre a orgânica. São tempos de ingresso das firmas globais de agroalimentação, e o campo se torna um ator fundamental na busca da eficiência e da produtividade. Essa descoberta da fertilidade terá um custo elevado, já que intensificará a dependência das monoculturas voltadas para exportação, acarretando na degradação dos solos e dos recursos hídricos, além de aumentar a vulnerabilidade às flutuações do mercado global. Devidamente também enfatizado por Feldens no trecho:

A mecanização pesada, a quimificação fácil e a prática de monocultura em áreas extensas são os atores que estão desestruturando nosso solo, especialmente, no planalto do Rio Grande do Sul, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Tocantins e em parte da Amazônia, dizimando e eliminando os últimos mananciais de matéria orgânica e microflora, elementos fundamentais para a sobrevivência daqueles solos. (FELDENS, 2018, p. 56)

As soluções propostas pela implementação desse sistema agrícola são ambíguas e paliativas, uma vez que o aumento da produtividade agrícola não necessariamente resulta em uma diminuição da fome ou diminuição da desigualdade, pois tais cultivos agrícolas se fazem extremamente necessários para a indústria mundialmente, caracterizando-se como *commodities*, cuja principal finalidade é a de matéria-prima de abastecimento da indústria global, sendo assim, destinados à exportação e não ao abastecimento interno. Em contrapartida, a degradação do meio ambiente se faz notadamente presente.

Como uma solução para as problemáticas enfatizadas, a agricultura familiar, e por muitas vezes orgânica, surge com a ideia de resgatar as tradições da agricultura, esta que remonta aos primórdios da existência humana, utilizando-se da mais arrojada técnica, a que procura aprender com a natureza e tentar replicar o mais fiel possível as condições propícias para o desenvolvimento da biodiversidade como um todo. Condições estas podem ser observadas com um olhar atento à natureza, onde se nota a importância da cobertura do solo, da matéria orgânica, inúmeras espécies de plantas, animais e insetos, bem como um solo agregado por microorganismos, bactérias, fungos, dentre outros, todos convivendo em harmonia e trabalhando juntos para o desenvolvimento mútuo, gerando assim plantas saudáveis e, conseqüentemente, alimentos ricos em nutrientes e sem nenhum tipo de defensivo agrícola, pesticida e/ou fertilizantes minerais, com um impacto ambiental muito pequeno, ou até mesmo de caráter regenerativo, como é o caso dos sistemas agroflorestais e sintrópicos.

Para além do que já foi expresso, a agricultura familiar produz uma expressiva quantidade de alimentos para o abastecimento do mercado interno, produtos que chegam à mesa da população brasileira, tal qual é significativamente responsável também por serem a maioria se comparados à agricultura convencional altamente mecanizada. As informações contidas no censo agropecuário de 2017,

realizado pelo IBGE, proporcionam uma visualização da configuração da agricultura brasileira, como podemos observar:

Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. (IBGE, 2017)

Do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5 073 324), 76,8% correspondiam à agricultura familiar (3 897 408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Uma pequena parcela desses estabelecimentos é classificada como de produtores sem área (1,4%). (IBGE, 2011)

Em suma, a agricultura familiar corresponde a aproximadamente 77% dos produtores rurais do Brasil, porém ocupa apenas 23% do território nacional, o que aponta para uma desvantagem se comparada à agricultura convencional que, mesmo em minoria, domina a maior parte do território. Entre outros fatores, o não uso de agrotóxicos, a geração de empregos, a produção para o abastecimento do mercado local e nacional, utilização de sementes não modificadas, compromisso com o cliente, dentre outros, são os principais fatores os quais elevam a agricultura familiar, que por muitas vezes é orgânica, bem como todos os seus desdobramentos na atualidade, como as derivações: agricultura sintrópica, agricultura biodinâmica, agricultura agroflorestal, agricultura familiar, agricultura orgânica, agricultura coletiva, compõem um leque de variedades, cada qual com a sua especificidade, mas todas com um consenso, produção de alimentos saudáveis, com o mínimo de insumos químicos possíveis, para assim proporcionar um alimento de qualidade para a população.

Tendo em vista essa visão sistêmica do cenário que engloba a agricultura e todos os seus desdobramentos, as políticas públicas encabeçadas pelo governo são, em grande parte, as regras ditadas do eventual jogo político e que dão forma à característica do território assim como ele é, fruto da apropriação pelo capital financeiro, portanto de grande relevância são as políticas públicas, por menores que sejam, de fortalecimento da agricultura familiar. O cenário político pós-redemocratização e consolidado pela constituição de 1988, favoreceu o condicionamento do aparato estatal em direção a uma perspectiva que desse ênfase

ao agricultor familiar, este, até então invisibilizado pelo agronegócio e todas as suas articulações.

2 - HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil remontam ao período da redemocratização, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a importância da agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para a sua promoção e desenvolvimento, como afirmam Grisa e Schneider (2014). Tais políticas visam promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e fortalecer a produção de alimentos saudáveis e de qualidade.

Segundo Pretto e Horn (2020) a partir da década de 1990 houve um aumento significativo no número de políticas e programas governamentais voltados para a agricultura familiar, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, e que se consolidou como uma das principais políticas de incentivo à produção agrícola familiar no país.

Durante os governos Lula, entre os anos de 2003 e 2010, houve um significativo avanço nas políticas públicas para a agricultura familiar, com a implementação de uma série de programas e medidas para incentivar a produção, comercialização e acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento da atividade, vide Sabourin (2022). Entre os programas implementados durante o governo Lula, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Em poucas palavras, o PAA, criado em 2003, teve como objetivo principal a promoção da segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da aquisição direta de produtos da agricultura familiar para abastecer instituições públicas, como escolas e hospitais. O PNAE, por sua vez, dispôs do objetivo de garantir o acesso à alimentação escolar de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino, ao mesmo tempo em que estimulou a agricultura familiar valorizando a produção local. Já o PNCF é um programa de acesso à terra e à produção para agricultores familiares que não possuem terras ou que possuem áreas insuficientes para sua sobrevivência, oferecendo crédito e assistência técnica para que os agricultores possam adquirir terras e implementar sistemas de produção sustentáveis. Por fim, a ATER tem como objetivo oferecer

assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, visando o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola e o aumento da produtividade.

Com esses programas e políticas públicas, os governos Lula conseguiram avançar significativamente no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, promovendo a segurança alimentar e nutricional, o acesso à terra e aos recursos para a produção, a valorização da produção local e a geração de renda e emprego no meio rural, do mesmo modo como ressaltam os autores Catia Grisa e Sergio Schneider:

A geração de políticas com enfoque em ações de cunho social e assistencial tem sido indicada por analistas e mesmo por gestores públicos como as responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural. Há inúmeras evidências estatísticas que dão suporte a estes resultados. Mas o que nos interessa salientar é que estas políticas passaram a ser especialmente importantes nas regiões rurais do País, como a região do semiárido nordestino. Neste sentido, nem sempre de forma planejada e deliberadamente intencional, as políticas sociais e assistências acabaram tendo repercussões sobre o desenvolvimento rural sob um viés que não é da inclusão produtiva ou pela ativação do mercado de trabalho. Nas últimas duas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias inegáveis em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo) que, talvez, não teriam sido alcançadas apenas por meio das ações agrícolas e agrárias que analisamos na primeira geração de políticas.(GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 137).

A agricultura familiar tem vantagens em relação à agricultura convencional em diversos aspectos, sendo elas a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, pois tende a estar mais voltada para a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, uma vez que esta geralmente é mais preocupada com a saúde das pessoas e com a sustentabilidade ambiental. Além disso, muitas vezes a produção é destinada ao consumo próprio ou vendida diretamente ao consumidor, o que permite um controle maior sobre a qualidade dos alimentos. Não é uma regra, porém este modelo de agricultura ocasionalmente vem a ser mais sustentável do ponto de vista ambiental, por se utilizar de técnicas de manejo que visam a preservação dos recursos naturais, como a diversificação de culturas, a utilização de adubos orgânicos, a rotação de culturas, entre outras. Além de ser uma importante fonte de geração de emprego e renda, especialmente em regiões rurais e periféricas, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, bem como para o fortalecimento da economia local, onde muitas vezes os alimentos são produzidos e

vendidos na própria região, gerando uma cadeia produtiva local e fortalecendo a economia regional.

Constitui-se de uma lógica que é muitas vezes passada de geração em geração, o que coopera com a manutenção da cultura e da tradição local, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a identidade cultural das comunidades rurais. A agricultura familiar apresenta preeminência em relação à agricultura convencional, se tomarmos como pressuposto a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, a preservação do meio ambiente, a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia local e a manutenção da cultura e da tradição.

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE O GOVERNOS LULA 1 E 2

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, houve um forte direcionamento de políticas públicas para a agricultura familiar, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e combater a pobreza no campo. Algumas das principais medidas adotadas nesse sentido foram o fortalecimento do PRONAF, com um aumento significativo do volume de crédito destinado aos agricultores familiares. Da mesma maneira foram criadas novas modalidades de financiamento, como o PRONAF Mulher e o PRONAF Agroindústria, para atender a diferentes segmentos da agricultura familiar.

Tratou também da expansão do PAA, focando em aumentar o volume de alimentos comprados da agricultura familiar e de ampliar o número de entidades beneficiárias. Bem como em 2010, o programa foi integrado ao PNAE, o que permitiu uma maior articulação entre as políticas de alimentação escolar e de incentivo à agricultura familiar.

Da mesma maneira que se endossou o fortalecimento do PNAE, este reformulado com o objetivo de ampliar a participação da agricultura familiar na alimentação escolar e de promover uma alimentação mais saudável para os estudantes, estabelecendo uma meta de compra de pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Visando um aumento da abrangência da ATER, houve uma ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares, por meio de parcerias entre o governo e as organizações da sociedade civil. Foram criados programas específicos para atender a diferentes segmentos da agricultura familiar, como o Programa Mais Territórios e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Similarmente atuou no PNCF, que foi expandido com o objetivo de facilitar o acesso à terra para os agricultores e de promover a reforma agrária, sendo criados novos instrumentos de financiamento, como o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e foram realizadas ações de regularização fundiária e reconhecimento de comunidades quilombolas e indígenas.

3.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF foi criado em 1996 com o objetivo de apoiar a agricultura familiar por meio do financiamento de projetos produtivos e da oferta de assistência técnica e durante os anos dos governos Lula, de 2003 a 2010, passou por uma série de mudanças e expansões que contribuíram significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar no país.

Em 2003, o governo Lula 1 lançou o PRONAF Mais Alimentos, que tinha como objetivo aumentar o acesso dos agricultores familiares a equipamentos e maquinários modernos, bem como melhorar a infraestrutura dos estabelecimentos rurais. O programa oferecia crédito para a aquisição de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas e outros equipamentos de produção, além de recursos para a construção e a reforma de instalações rurais. O limite de crédito por projeto passou de R\$ 10 mil para R\$ 100 mil, permitindo que os agricultores familiares pudessem investir em tecnologia e infraestrutura, como ressalta Camara et al. (2020).

Segundo Oliveira et al. (2018) em 2006 foi criado o PRONAF Agroecologia, focando em apoiar projetos que adotam práticas sustentáveis de produção agropecuária e oferecendo crédito para a aquisição de insumos orgânicos, sementes crioulas e equipamentos adequados para a produção agroecológica, do mesmo modo que oferecia assistência técnica especializada para os agricultores familiares interessados em adotar práticas agroecológicas.

Outra importante expansão do PRONAF durante o governo Lula foi a criação do PRONAF Mulher em 2004, frisando as mulheres agricultoras e oferecendo crédito e assistência técnica para projetos liderados por mulheres, com o intuito de promoção da autonomia financeira e o protagonismo feminino na agricultura familiar, porém há críticas a serem tecidas contanto a eficácia do mesmo na luta pela igualdade de gênero, como ressaltado por Fernandes (2008).

De acordo com Ziger (2013) o governo Lula lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, que foi um dos maiores programas de investimento na agricultura familiar já realizados no país, destinando R\$ 16 bilhões em crédito com juros mais baixos e prazos mais longos do que os praticados pelo mercado, enfatizando medidas de apoio à comercialização da produção e à infraestrutura rural, como a construção de armazéns e a ampliação da oferta de seguro agrícola.

Ao longo dos anos dos governos Lula, o PRONAF passou por uma série de evoluções e expansões, tornando-se um dos programas mais importantes de apoio à agricultura familiar no país. As mudanças e os incentivos oferecidos pelo programa contribuíram para o crescimento e a consolidação do setor da agricultura familiar no Brasil, com impactos positivos na geração de renda, na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental, porém há de se elencar algumas críticas em relação à abrangência seletiva do programa, como bem evidenciado em:

Quanto a este aspecto, os dados são eloquentes: em três anos examinados neste artigo, correspondentes ao final de cada uma das décadas de execução do PRONAF, o montante de valores destinados à região Sul foi sempre superior a 50%, não obstante essa região possuir menos de um quinto dos estabelecimentos familiares. No perfil detalhado sobre a distribuição dos recursos no ano de 2018, observa-se que o Sul celebrou 32,2% dos contratos e recebeu 56,5% dos recursos, com valor médio de R\$ 33.620, enquanto a região Nordeste, onde se localiza metade dos estabelecimentos familiares, teria respondido por 46,7% dos contratos e apenas 12,8% dos recursos, o que correspondeu a um valor médio financiado bem menor e igual a R\$ 5.280. (PRETTO e HORN, 2020, p. 46).

3.2 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi criado em 2003 durante o governo Lula 1, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a alimentos saudáveis e de qualidade. Consistindo na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, com recursos do governo federal, sendo destinados a instituições sociais como hospitais, creches, asilos, entre outros. Passou por uma série de evoluções e expansões que contribuíram significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar e para o combate à fome e à pobreza no país, sendo uma das principais mudanças ocorridas no programa durante esse período a ampliação do número de instituições beneficiadas. Em 2003, foram atendidas apenas 22 instituições. Em 2011, esse número subiu para mais de 23 mil, conforme Grisa e Schneider (2014).

Outra importante mudança foi a criação do PAA para a Compra Institucional, em 2009, contando com o incentivo ao consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar nas compras realizadas por órgãos públicos. Com essa medida, o governo federal passou a exigir que os órgãos da administração pública federal

adquirissem, no mínimo, 30% de seus alimentos de agricultores familiares. A medida também beneficia pequenas e médias agroindústrias familiares, que passaram a fornecer produtos para a merenda escolar, por exemplo. Além disso, também foi expandido para incluir ações de apoio à comercialização da produção agrícola familiar, como a construção de armazéns e a realização de feiras e exposições, como elencado por Grisa e Schneider (2014). Essas medidas foram importantes para aumentar a renda dos agricultores familiares e para promover o desenvolvimento rural sustentável.

Outra importante mudança foi a ampliação dos recursos destinados ao programa, em 2003, o orçamento do PAA foi de R\$ 24 milhões, em 2011, esse valor subiu para R\$ 828 milhões. Essa ampliação foi fundamental para que o programa pudesse atender a um número cada vez maior de agricultores familiares e de instituições sociais.

Em resumo, o PAA passou por uma série de evoluções e expansões que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e para o combate à fome e à pobreza no país. As mudanças incluíram a ampliação do número de instituições beneficiadas, a criação do PAA para a Compra Institucional, ações de apoio à comercialização da produção agrícola familiar e a ampliação dos recursos destinados ao programa, tornando-se um dos principais programas de apoio à agricultura familiar e de combate à fome e à pobreza no país.

3.3 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é um programa federal que teve como propósito garantir alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica pública, contribuindo para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, além de fomentar a agricultura familiar. Ao longo dos governos Lulas, o programa passou por diversas evoluções e ampliações, consolidando-se como uma das principais políticas públicas de promoção da alimentação saudável e de fortalecimento da agricultura familiar.

Uma das principais mudanças ocorridas no PNAE foi a ampliação do valor per capita destinado à alimentação escolar, em 2003, esse valor era de apenas R\$ 0,15 por estudante/dia, em 2011, esse valor subiu para R\$ 0,30 por estudante/dia. Essa ampliação foi importante para garantir a oferta de uma alimentação mais saudável e de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino, onde outra importante

mudança complementar foi a inclusão da obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar fossem utilizados para a compra de alimentos da agricultura familiar, medida esta fundamental para estimular a produção local de alimentos, promovendo a geração de renda para os agricultores familiares e fortalecendo a economia local.

Conforme Peixinho (2013), no decurso dos governos Lula, o PNAE também foi expandido para incluir ações de educação alimentar e nutricional, com o objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância de uma alimentação saudável e de qualidade. Foram criados materiais didáticos e realizadas capacitações para os profissionais envolvidos no programa, como nutricionistas, merendeiras e gestores escolares. Mais uma importante mudança foi a ampliação do público atendido pelo programa. Em 2003, o programa atendia apenas a estudantes da educação básica pública, sendo que em 2011, no governo Dilma, passou a atender também a estudantes da educação de jovens e adultos, do campo, quilombolas e indígenas. Por fim, também foi expandido para incluir ações de monitoramento e avaliação, com o objetivo de garantir a efetividade do programa e a qualidade da alimentação oferecida aos estudantes.

Sobretudo, a partir de 2003, a Coordenação Geral do PNAE (CGPAE) deu início a uma série de estratégias visando à ressignificação do PNAE ou à reestruturação dos seus objetivos precípuos, diretrizes e das suas estruturas técnico-operacionais. A partir de 2009, o PNAE ousa ser um programa de alimentação escolar saudável para o universo da rede pública de educação básica e de jovens e adultos e também ousa estabelecer que no mínimo 30% dos repasses do PNAE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Ou seja, a partir de então, obedecendo aos anseios norteadores das políticas públicas e dos movimentos sociais de caráter universal, o PNAE passou a incorporar em suas estratégias técnico-operacionais de execução junto aos estados e municípios (entidades executoras do programa) os seguintes princípios para a gestão e a execução da alimentação escolar: equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/ continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais. Os limites e as possibilidades de consecução destes objetivos e princípios delineados para a gestão e execução do PNAE são múltiplos e complexos. Envolvem fronteiras com distintos obstáculos (individual/local, geográfico/natural, econômico/social, político/ideológico, por exemplos) que podem facilitar ou dificultar a transposição ou passagem efetiva de um PNAE de caráter suplementar/assistencialista para um PNAE de caráter universal,

equânime, participativo, integrador, educacional, sustentável e saudável. (PEIXINHO, 2013, p. 915).

Em suma, ao longo do governo Lula, o PNAE passou por diversas evoluções e ampliações que contribuíram para a promoção da alimentação saudável e de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino e para o fortalecimento da agricultura familiar. As mudanças incluíram a ampliação do valor per capita destinado à alimentação escolar, a obrigatoriedade de compra de alimentos da agricultura familiar, ações de educação alimentar e nutricional, a ampliação do público atendido e ações de monitoramento e avaliação.

3.4 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A ATER foi um dos eixos prioritários das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Segundo De Castro (2015), é considerada fundamental para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar, já que é responsável por levar tecnologia, conhecimento e informação para o campo. Nesse sentido, houve significativos investimentos em ações que visavam fortalecer e garantir acesso à informação e tecnologia para os agricultores familiares. Dentre as principais iniciativas, podemos destacar o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) lançado em 2004 com o intuito de articular tais ações no país. O plano estabeleceu as diretrizes para a oferta dos serviços, buscando ampliar o acesso dos agricultores familiares à infraestrutura de assistência técnica. O PNATER definiu, por exemplo, que a oferta de ATER deveria ser gratuita, pública e de qualidade, e que os agricultores familiares deveriam ser priorizados.

Com o aumento dos recursos, em 2003, o orçamento destinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a ATER era de R\$ 42,5 milhões. Em 2011, esse valor chegou a R\$ 720,3 milhões, possibilitando a ampliação da oferta desses serviços em todo o país.

No decurso dos governos Lula, também se investiu no fortalecimento das instituições responsáveis pela ATER. No início o número de extensionistas rurais no país era de cerca de 4,3 mil profissionais. Em 2010, esse número havia mais do que dobrado, chegando a 9,4 mil profissionais. Além do mais, foram criados novos institutos e agências, como a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), criada em 2014, e na formação de profissionais por meio da criação

de cursos técnicos e de graduação na área. Aliás, foram criados programas de capacitação e treinamento de extensionistas rurais, visando aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos agricultores familiares, como ressalta De Castro (2015).

Outrossim, também houve uma preocupação em ampliar a oferta de serviços de ATER em todo o país, para tal, foram criados diversos programas e projetos, como o Projeto Dom Helder Câmara, o Programa Mais Educação no Campo, o Programa Terra Sol e o Programa de Agricultura de Baixo Carbono. Esses programas buscavam oferecer serviços específicos para as necessidades de cada região do país, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar em todo o território nacional, conforme supracitado:

Caso se aceite que, pelo menos em algum grau mínimo, é responsabilidade estatal promover o desenvolvimento rural do seu território, fortalecer a atuação estatal nesse mesmo território constitui condição sine qua non para alcançar tal objetivo. Para realizar isso, especialmente na extensa área rural com menor presença estatal, o fortalecimento das instituições públicas de ATER é de grande valia. Após um intervalo de pouco mais de uma década, a ATER pública voltou a ser assunto de interesse do Estado brasileiro, consequência do crescente esforço estatal em promover a agricultura familiar. Dessa vez, contudo, o público-alvo passou a ser constituído de agricultores familiares, cujas entidades representativas há décadas solicitavam por políticas públicas específicas para suas necessidades. Além disso, a filosofia norteadora da extensão rural sofreu profundas alterações, com a inclusão de conceitos como desenvolvimento sustentável, agroecologia e controle social; todas alterações bem-vindas. Essas inovações foram incorporadas à proposta da nova política de ATER pública brasileira, a PNATER. (DE CASTRO, 2015, p. 57-58).

3.5 - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O PNCF também foi criado em 2003 e tinha como finalidade facilitar o acesso à terra para trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, através do financiamento de projetos de aquisição de imóveis rurais. Durante os anos de 2003 a 2011, o programa passou por algumas mudanças e evoluções, era gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tinha como função a gestão, coordenação e execução do programa e contava com um conselho gestor, formado por representantes de diversos órgãos governamentais, sindicatos e organizações da sociedade civil.

Nos primeiros anos de existência do programa, conforme Galindo et al. (2015), houve uma forte demanda por recursos, o que levou a um aumento nos valores dos financiamentos disponíveis. Em 2005, o valor máximo do financiamento foi aumentado de R\$ 20.000,00 para R\$ 35.000,00 por família, e em 2006, o valor máximo foi novamente reajustado, chegando a R\$ 45.000,00. Nesse mesmo ano foi criado o Programa de Consolidação do PNCf, concedendo por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a tecnologias adequadas para a produção rural, prevendo prévia capacitação dos beneficiários em áreas como gestão empresarial, educação ambiental e associativismo. Outra mudança importante ocorreu em 2007, quando foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), com o intuito de financiar a aquisição de terras para o PNCf. O FTRA era composto por recursos do governo federal, além de contribuições de instituições financeiras públicas e privadas e de pessoas físicas e jurídicas. A partir de 2009, o PNCf passou por uma reestruturação, com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo integrar diversas políticas e programas do governo federal relacionados à reforma agrária, incluindo o PNCf. Com o PNRA, o PNCf passou a contar com uma estrutura mais ampla, que envolvia diversos órgãos do governo federal, estadual e municipal, além de organizações da sociedade civil.

Sumariamente passou a contar com uma série de novas iniciativas, como o Programa de Apoio à Inserção Produtiva dos Beneficiários do PNCf, intentando apoiar a produção agropecuária dos beneficiários do programa por meio do financiamento de ações, como a implantação de sistemas agroflorestais, aquisição de animais, insumos e equipamentos, entre outras. Sobretudo, cabe ressaltar que a abrangência de tal programa não se deu uniformemente em todo o território brasileiro, tendo algumas regiões e classes sociais específicas como sendo mais favorecidas, como mencionado pelos autores:

Os resultados gerais indicam que o programa não apresenta impacto quando se consideram todos os tipos de trabalhadores rurais. Contudo, uma análise específica para grupos mais homogêneos de produtores indica que, ainda que tenha recebido diversas críticas devido ao seu modelo de acesso à terra via mercado, o PNCf tem impacto positivo entre o grupo de trabalhadores rurais de mais baixos recursos (PRONAF A).

Além disso, os resultados apontam para efeitos diversos do PNCf nas faixas dos agricultores menos vulneráveis (grupos do PRONAF

B, A/C e V). Os resultados sugerem um efeito positivo do PNCF entre os beneficiários classificados no PRONAF B apenas nas regiões Sul e Sudeste. Já os resultados da avaliação do PNCF para o grupo de agricultores do PRONAF A/C indicam que o programa tem impacto positivo sobre o VBPA apenas no Sudeste e Centro-Oeste. Já o grupo PRONAF V apresentou, de uma forma geral, independentemente da regionalização, impactos negativos do PNCF. Assim, é necessário entender melhor a razão de o desempenho da produção agropecuária dos beneficiários menos vulneráveis (pertencentes aos grupos do PRONAF B, A/C e V) do PNCF ter sido menor, em algumas estimações, quando comparado com produtores similares que não acessaram o programa. Nesse sentido, uma investigação mais detalhada se faz necessária para que, além dos benefícios observados, se evite que o programa possa ter efeito inverso ao desejado para alguns grupos regionalizados, ou que os recursos do programa sejam utilizados para outros fins. (GALINDO et al., 2015, p.35).

4 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE O PERÍODO

A agricultura familiar no Brasil passou por significativas transformações socioeconômicas, impulsionadas pelas políticas públicas direcionadas a este segmento, onde os indicadores socioeconômicos da agricultura familiar apresentaram significativas melhorias ao longo dos governos Lula, em termos de renda. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontou um aumento de 50,8% na renda per capita das famílias agricultoras entre 2003 e 2011, além disso, houve uma redução da pobreza rural, com uma diminuição de 36,9% na proporção de famílias rurais em situação de extrema pobreza, conforme o Índice de Gini.

Como aponta Moreno et al. (2022) a produção agropecuária da agricultura familiar também cresceu durante o governo Lula, em contraste com a queda da produção da agricultura empresarial. Dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam que a agricultura familiar produzia 70% dos alimentos consumidos no país e ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, além disso, houve uma diversificação das atividades produtivas, com um aumento na produção de culturas agrícolas, fruticultura, agroindústria e produção animal.

O acesso à tecnologia e à infraestrutura também foi aprimorado para a agricultura familiar, a ATER atendeu cerca de 4 milhões de famílias agricultoras em todo o país, fornecendo capacitação técnica e apoio à gestão das propriedades rurais, já o PNCF possibilitou o acesso à terra para mais de 67 mil famílias agricultoras, promovendo a reforma agrária e o desenvolvimento rural.

Outro indicador importante é o acesso ao crédito rural, o PRONAF, principal programa de crédito rural voltado à agricultura familiar, teve um expressivo aumento nos investimentos, em 2003, foram destinados R\$ 4,4 bilhões para o programa, enquanto em 2010 esse valor chegou a R\$ 16,2 bilhões, possibilitando o financiamento de diversas atividades produtivas, como a aquisição de equipamentos e insumos.

Por fim, a criação do PAA e do PNAE permitiu o escoamento da produção da agricultura familiar e o fornecimento de alimentos saudáveis para escolas e instituições públicas, sendo que este primeiro, por exemplo, adquiriu cerca de 1,2

milhão de toneladas de alimentos da agricultura familiar entre 2003 e 2010, beneficiando mais de 8,5 milhões de pessoas em vulnerabilidade social.

4.1- Impacto das políticas públicas na agricultura familiar

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar tiveram um impacto significativo na melhoria dos indicadores socioeconômicos do setor, havendo um aumento da produção e produtividade, geração de renda, acesso à crédito e à tecnologia, além da redução das desigualdades sociais e regionais.

O PRONAF foi uma das principais políticas públicas voltadas para o setor e teve um papel importante na inclusão financeira dos agricultores familiares, desde a sua criação em 1995, passando por diversas mudanças e evoluções, e durante os governos Lula, foram criadas novas modalidades, como o PRONAF Mais Alimentos e o PRONAF Mulher, neste período o programa alcançou um investimento de R\$ 43 bilhões, beneficiando mais de 2 milhões de agricultores familiares.

Outra política pública que teve grande impacto foi o PAA, que contribuiu para a redução da pobreza e da insegurança alimentar no país, promovendo a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar para abastecer escolas, hospitais, presídios, entre outros, gerando renda para os agricultores familiares e melhorando o acesso à alimentação saudável e de qualidade para a população, somando um aumento significativo de recursos, passando de R\$ 60 milhões em 2003 para R\$ 570 milhões em 2010.

O PNAE também foi uma política pública importante, tendo como objetivo garantir a alimentação escolar adequada e saudável para os estudantes da rede pública de ensino, e desde 2009, pelo menos 30% dos recursos destinados à compra de alimentos deveriam ser provenientes da agricultura familiar. Passou por uma série de mudanças e melhorias, como a criação do Programa de Regionalização da Merenda Escolar, que teve como objetivo incentivar a compra de alimentos da região, fortalecendo a agricultura familiar local.

Por fim, a ATER foi fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, garantindo acesso à assistência técnica e extensão rural, esta essencial para o desenvolvimento da produção agrícola, e durante esse período, foram criadas diversas ações voltadas para a capacitação e treinamento dos agricultores

familiares. Destaca-se a criação do PRONATER, que possibilitou a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares.

4.2 - Críticas e limitações das políticas públicas para a agricultura familiar durante os governos Lula

Embora os avanços obtidos pela agricultura familiar durante os governos Lula, algumas críticas e limitações às políticas públicas direcionadas a esse setor ainda são relevantes, uma vez que mesmo com o aumento dos investimentos, os recursos disponibilizados ainda não foram suficientes para atender plenamente às demandas do setor, além do mais, a distribuição desses recursos muitas vezes não é equitativa, concentrando-se em determinadas regiões ou estados, o que pode gerar desigualdades no acesso aos benefícios.

O acesso a tais políticas pode ser dificultado pela burocracia, falta de informação e limitações geográficas, pois muitos agricultores familiares ainda não têm conhecimento suficiente sobre as políticas disponíveis e não conseguem acessar os recursos por falta de informações e/ou infraestrutura adequadas ou por dificuldades em cumprir os requisitos burocráticos.

As políticas públicas para a agricultura familiar muitas vezes não são integradas, o que pode gerar sobreposições de ações e desperdício de recursos. Ademais, a falta de coordenação pode dificultar a implementação e avaliação das políticas, e há de se considerar a influência das desigualdades regionais que ainda são uma questão relevante na distribuição dos recursos, com algumas regiões sendo beneficiadas de forma desproporcional em relação a outras, gerando exclusão social e econômica em determinadas áreas do país, refletindo e repetindo o histórico de benefícios direcionados à certas regiões em detrimento de outras.

Apesar dos esforços para fortalecer a agricultura familiar, muitos agricultores ainda são dependentes do mercado para garantir a comercialização de seus produtos, podendo gerar vulnerabilidade econômica e dificuldades em obter preços justos para seus produtos, não obstante, a falta de capacitação e recursos para adotar práticas mais sustentáveis, de incentivos e apoio para a transição para a agricultura orgânica ou agroecológica também pode ser um obstáculo.

Embora as políticas públicas para a agricultura familiar tenham apresentado avanços importantes durante tal governo, ainda existem desafios a serem

enfrentados para garantir que essas políticas sejam implementadas de forma efetiva e justa, promovendo o desenvolvimento social, econômico e ambiental da agricultura familiar no Brasil.

5 - CONCLUSÃO

Durante as últimas décadas, o Brasil enfrentou o grande desafio de desenvolver sua agricultura e garantir a segurança alimentar para a população, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social e a justiça no campo. Nesse contexto, a agricultura familiar emergiu como um setor chave, já que a maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros é produzida por esses agricultores.

Os governos Lula, no poder de 2003 a 2010, implementou diversas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do campo e reduzir as desigualdades sociais e econômicas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foram algumas das políticas implementadas e aprimoradas durante o governo Lula.

Os resultados dessas políticas públicas podem ser medidos por meio de diversos indicadores socioeconômicos, como o aumento da produção e da renda dos agricultores familiares, a redução da pobreza e da desigualdade no campo e o aumento da segurança alimentar da população brasileira. Além disso, essas políticas também tiveram um impacto positivo na preservação do meio ambiente e na promoção da agricultura sustentável.

No entanto, é importante destacar que as políticas públicas implementadas durante o governo Lula também enfrentaram críticas e limitações. Algumas dessas críticas apontam para o fato de que as políticas poderiam ter sido mais efetivas e alcançado um número maior de agricultores familiares. Além disso, também foi apontada a falta de continuidade dessas políticas em governos subsequentes.

Em resumo, a agricultura familiar é um setor chave para o desenvolvimento sustentável do Brasil, e as políticas públicas implementadas durante os governos Lula foram importantes para promover a inclusão social e econômica no campo e garantir a segurança alimentar da população brasileira. No entanto, é importante continuar aprimorando essas políticas e garantindo sua continuidade em governos futuros, a fim de promover um desenvolvimento mais justo e sustentável no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGONI, L; PELAEZ, V. **Da Revolução Verde à Agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?**, Paraná, Revista de Economia, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 31-53, jan./jun. 2007. Editora UFPR

ATLAS do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf>: Acesso em: out. 2022.

CAMARA, Simone Bueno; MARTINS, Sinara Pizzi; DA SILVA, Ana Caroline Lucas; ANDREATTA, Tanice; AZEVEDO, Jenaine. Contribuições do Pronaf Mais Alimentos. **Revista de Política Agrícola**, [s. l.], v. XXIX, ed. 1, p. 73-81, 15 mar. 2020.

CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: out. 2022.

DE CASTRO, César Nunes. **Desafios da Agricultura Familiar: O Caso da Assistência Técnica e Extensão Rural**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: boletim regional, urbano e ambiental, Brasília-DF, v. 12, p. 51-59, 13 dez. 2015.

FELDENS, Leopoldo. **O homem, a agricultura e a história**. 1 ed. Lajeado-RS: Editora Univates, 2018.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e Políticas de Crédito: O Pronaf-Mulher em Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, p. 1-125, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 52, ed. 1, p. 125-146, 2014.

LUTZENBERGER, J. A. **O absurdo da agricultura**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p.61-74, 2001

OLIVEIRA, Erivaldo; SILVA, José; GOMES, Tiago; JOSEPH, Djalou; MONTEBELLO, Adriana; MARJOTTA-MAISTRO, Marta. Análise do PRONAF agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Agroecologia: Anais do VI - CLAA, X - CBA e V - SEMDF**, [s. l.], v. 13, ed. 1, 22 jul. 2018.

OLIVEIRA, P. S. de; Marjotta-Maistro, M. C. **Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista.** *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 12(3).p. 81-103, 2016.

PENSSAM, Rede (ed.). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo: PENSSAM, 2022.

E-book (110p.) color. Disponível em:

<<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>>.

Acesso em: out. 2022.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 2023.

PRETTO, José Miguel; HORN, Carlos Henrique. **Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018.** *Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat, Taquara/RS*, v. 17, n. 1, p. 35-49, 4 mar. 2020.

SABOURIN, E. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 22, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5371>. Acesso em: 19 set. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SOUZA, C. B. de; CAUME, D. J. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil.** In: AGECON SEARCH, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 46., 2008, Rio Branco. Acre: UFG, 2008. p. 1-22

ZIGER, Vanderley. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas.** Instituto Cresol, Paraná, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2013.